

Conjunturas desfavoráveis consolidam o perfil feminino do desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre

Elisabeth Kurtz Marques*
Irene Maria Sassi Galeazzi**
Lúcia dos Santos Garcia***
Norma Hermínia Kreling****

Introdução

Os estudos de gênero e sobre mulheres têm apontado, exaustivamente, a ampliação da participação feminina no mercado de trabalho como uma das mais importantes transformações socioeconômicas e culturais ocorridas nas últimas décadas, mais acentuadamente a partir dos anos 70. Inúmeros fatores se conjugam na origem desse fenômeno, mas alguns, certamente, foram decisivos no caso brasileiro.

No campo econômico, a deterioração dos salários reais dos trabalhadores trouxe a necessidade de novos arranjos domésticos — trabalho da mulher e dos filhos — para complementação e manutenção dos níveis da renda familiar. A ampliação do leque de produtos disponíveis ao consumo das famílias também incentivou o trabalho feminino como estratégia de incremento da renda familiar e conseqüente diversificação da cesta de consumo. Por sua vez, a expansão da economia experimentada pelo País nos anos 70, marcada pela rápida urbanização e pelo intenso ritmo da industrialização, criou condições favoráveis para a incorporação de novos contingentes de trabalhadores, incluindo as mulheres.

No campo sociocultural, as profundas transformações comportamentais e de valoração do papel social das mulheres ocorridas na segunda metade do século XX, aliadas aos movimentos de busca de equidade de direitos e de oportunidades, destacadamente os movimentos feministas, abriram caminho para a inserção mais intensa das mulheres na força de trabalho. Coadjuvantes desse processo, a queda nas taxas de fecundidade — redução do número de filhos — e o aumento da escolaridade, com o acesso das mulheres à universidade, facilitaram o caminho para o mercado de trabalho.

A presença das mulheres na força de trabalho como fato permanente e que se universaliza vem sendo registrada e plenamente documentada através das estatísticas do trabalho, não só no Brasil como em várias partes do mundo.¹ Não é fato desconhecido, portanto, que o ingresso feminino massivo vem se dando de forma desigual e subordinada, reproduzindo, na instância do mercado de trabalho, as desigualdades de gênero que perpassam o conjunto da sociedade.² Mais do que isso, os principais indicadores do mercado de trabalho têm

* Psicóloga da FEE.

** Socióloga da FGTAS/SINE-RS.

*** Economista do DIEESE.

**** Socióloga da FEE.

¹ Sobre esse assunto, ver DIEESE (2001), **Mulher e Trabalho** (2001), Bruschini (1999), Lavinias (2000), Gálvez (2000), Galeazzi (2003).

² Estudos têm mostrado que as mulheres, apesar do crescimento de sua taxa de participação, ainda são minoria na População Economicamente Ativa (PEA), detêm taxas de desemprego mais elevadas que os homens e ficam por mais tempo desempregadas.

revelado que, ainda que se registrem avanços na qualidade de inserção das mulheres, conjunturas desfavoráveis intensificam as desigualdades, revelando a permanência de mecanismos discriminatórios de gênero nas relações laborais.

Nos anos 90, ocorreram importantes transformações econômicas — reestruturação produtiva aliada à abertura comercial, à desnacionalização do capital produtivo e à estabilização monetária com valorização cambial (Fligenspan, 2000) —, com profunda repercussão sobre os mercados de trabalho, que se caracterizaram pelo acentuado crescimento do desemprego e pela precarização das relações de trabalho. No que tange à força de trabalho feminina, sobressaem, mais do que o crescimento da precarização ocupacional, a intensificação do desemprego e, principalmente, a mudança de padrão em sua participação no contingente desempregado. A partir do período mais crucial do desemprego no Brasil (1998/99), o contingente feminino desempregado ultrapassou, em número, o contingente masculino nessa mesma condição, embora as mulheres continuem em minoria na força de trabalho. Na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), por exemplo, elas representavam 45,0% da força de trabalho em 2003, mas perfaziam 54,2% do conjunto dos desempregados (Tabela 4 do **Anexo Estatístico**).

Essas questões nortearam a temática do presente trabalho, no sentido de estender um olhar às condições recentes de inserção da força de trabalho feminina no mercado de trabalho metropolitano, detendo-se, de forma especial, na condição de desemprego. Busca-se identificar, primordialmente, os mecanismos de discriminação de gênero revelados pelos indicadores significativamente mais elevados do desemprego feminino, incorporando, no entanto, a análise das diferenças observadas entre as mulheres quanto à exposição ao risco do desemprego. Com isso, tenta-se entender os fatores que contribuem para atenuar ou intensificar as dificuldades de inclusão da força de trabalho feminina, bem como identificar a presença de outras formas discriminatórias — cor e/ou etnia, classe e outras.³

A base empírica deste estudo é constituída das informações geradas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA)⁴, contemplando a série 1993-03, com destaque para o desempenho do último ano.

O presente estudo contém, além desta **Introdução** e das **Considerações finais**, duas seções. Na primeira, faz-se uma breve análise da inserção ocupacional e dos rendimentos no mercado de trabalho metropolitano, no ano 2003, respondendo ao objetivo de disponibilizar ao leitor os resultados da PED-RMPA sob a perspectiva de gênero. A seção seguinte é dedicada a uma análise mais detalhada do desemprego regional, sempre sob a ótica de gênero, mas introduzindo algumas outras dimensões analíticas que ampliam a compreensão do fenômeno.

1 - As condições de inserção ocupacional das mulheres na RMPA, em 2003

O frágil desempenho da economia nacional em 2003, marcado pela aceleração inflacionária, pelos altos patamares das taxas de juros e pela estagnação econômica, refletiu-se nos principais indicadores do mercado

Quando conseguem uma ocupação, via de regra, esta possui menor *status* e/ou está relacionada aos papéis tradicionais da mulher na sociedade. Por fim, as mulheres recebem rendimentos médios inferiores aos dos homens (Bruschini, 1999; Lavinias, 2000; Galeazzi, 2003).

³ Quando conseguem uma ocupação, via de regra, esta possui menor *status* e/ou está relacionada aos papéis tradicionais da (...) há que se privilegiar o tratamento com fins cognitivos das relações envolvendo homens e mulheres, posto que são hierarquizadas em todas as sociedades conhecidas. As desigualdades entre as mulheres, de um lado, e entre os homens, de outro, correm no eixo das classes sociais e da raça/etnia, mas não do gênero, que é o mesmo" (Saffioti, 1999).

⁴ A PED-RMPA utiliza metodologia desenvolvida pelo DIEESE e pela Fundação SEADE-SP, aplicada em pesquisas similares nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belém, Belo Horizonte, Salvador e Recife e no Distrito Federal. Em termos conceituais e

de trabalho. No plano regional, a situação não foi diferente: na RMPA, a ocupação ficou estável, e, com o crescimento da PEA, a taxa de desemprego sofreu um acréscimo de 9,2%, chegando ao patamar de 16,7% da PEA. O reflexo desses resultados, todavia, não atingiu de forma igualitária os diferentes contingentes populacionais presentes no mercado de trabalho. O desempenho negativo do mercado de trabalho teve conseqüências mais danosas para a força de trabalho feminina (Tabela 1 do **Anexo Estatístico**).

De fato, em 2003, o desemprego cresceu mais para as mulheres, o que se revela pela variação mais intensa em sua taxa específica, enquanto os rendimentos do trabalho, a taxa de participação e o nível ocupacional caíram, sendo que o movimento dos dois últimos indicadores foi inverso ao ocorrido com o contingente masculino. Soma-se a isso importante queda nos rendimentos do trabalho. Esse desempenho acabou revertendo alguns ganhos obtidos ao longo do período 1993-02, no qual o intenso crescimento da força de trabalho feminina foi acompanhado de ampliação da ocupação, com ganhos de qualidade em alguns momentos — aumento em ocupações mais formalizadas. Também se identificou, no decênio apontado, um melhor desempenho na evolução dos rendimentos femininos — ganhos proporcionalmente mais elevados em período de crescimento da renda do trabalho e menores perdas no período de descenso —, o que permitiu, ao final do período, redução dos diferenciais de rendimento médio entre homens e mulheres na RMPA (Galeazzi, 2003).

1.1 - Diminui a presença de mulheres no mercado de trabalho e piora sua condição relativa em 2003

Em 2003, pelo terceiro ano consecutivo, a taxa de participação feminina — que expressa a parcela da População em Idade Ativa (PIA) que se encontra de fato no mercado de trabalho, na condição de ocupada ou desempregada — apresentou variação negativa (-0,2%), diminuindo para 49,2% da PIA, enquanto a da população masculina aumentou para 67,8%, um acréscimo de 1,6% em relação a 2002. Embora a taxa de participação tenha se reduzido, a PEA feminina apresentou crescimento, pois o contingente de mulheres com 10 anos ou mais (PIA feminina) teve um importante incremento no ano. Todavia esse crescimento (1,2%) foi inferior ao verificado na PEA masculina (2,6%) — Tabelas 1 e 2 do **Anexo Estatístico**.

Apesar do retraimento da pressão feminina sobre o mercado de trabalho, as condições de inserção ocupacional das mulheres pioraram. A mão-de-obra feminina apresenta, tradicionalmente, maior dificuldade de inserção como força de trabalho ocupada quando comparada com a do sexo oposto. Em 2003, as 9 mil mulheres que se somaram à PEA feminina, elevando esse contingente a 796 mil mulheres, se depararam com um aumento pequeno na oferta dos postos de trabalho (1 mil), o que contribuiu para um recuo no contingente de mulheres ocupadas (Tabela 2 do **Anexo Estatístico**).

O nível de ocupação feminino na RMPA, após ter registrado um crescimento por cinco anos consecutivos, decresceu 1,9%, diminuindo 12 mil pessoas no contingente de ocupadas, o qual ficou estimado em 634 mil mulheres. Inversamente, na mesma conjuntura desfavorável, registrou-se a incorporação de 13 mil homens ao contingente masculino de ocupados, expandindo-o para 837 mil indivíduos (Tabelas 2 e 3 do **Anexo Estatístico**).

Esses movimentos opostos refletiram comportamentos distintos do ponto de vista setorial. A ocupação feminina sofreu decréscimos generalizados em todos os setores de atividade econômica em 2003, em comparação com o ano anterior, merecendo destaque a retração sofrida na indústria de transformação (-5,4%).

metodológicos, a PED diferencia-se de outras pesquisas dessa natureza por ampliar o conceito de desemprego e por detalhar a situação ocupacional dos trabalhadores, tornando-os mais adequados à realidade de países como o Brasil, onde a inserção da população ativa no mercado de trabalho é marcada por uma grande heterogeneidade. Assim sendo, a PED possibilita captar formas de desemprego que são comuns e importantes no mercado de trabalho brasileiro, tais como o desemprego oculto pelo trabalho precário ou pelo desalento, bem como investigar condições de inserção ocupacional, permitindo, com isso, fazer avaliações mais fidedignas da situação de trabalho e de vida da classe trabalhadora. Neste estudo, foram mantidos com todo o rigor os princípios conceituais e metodológicos da Pesquisa.

Já para os homens, observaram-se elevação no comércio e na construção civil (3,7% e 4,1% respectivamente) e decréscimo apenas na indústria (-2,2%) — Tabelas 12 e 13 do **Anexo Estatístico**.

O assalariamento foi a forma de inserção que mais registrou perdas entre a força de trabalho feminina, quando comparada com a masculina. As mulheres, em 2003, além da redução do nível ocupacional no setor público (-1,0%), apresentaram decréscimos também no contingente ocupado no setor privado, tanto com carteira assinada (-4,0%) quanto sem registro (-5,5%). Os homens apresentaram decréscimos apenas no contingente ocupado, no setor privado sem carteira (-12,9%) — Tabelas 14 e 15 do **Anexo Estatístico**.

Houve expansão do nível ocupacional na categoria de autônomos tanto para as mulheres (4,8%) quanto para os homens (7,5%). Destacam-se, ainda, a redução de 1,9% para a ocupação feminina na categoria de empregada doméstica e a elevação de 4,5% para a masculina nas categorias do agregado outros — empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, etc.

O incremento da precarização do trabalho é um fenômeno que já vem se consolidando no mercado de trabalho, com significativas perdas nas posições mais formalizadas e um maior número nas ocupações mais precárias. De fato, esse dado pode ser comprovado quando a análise se estende para toda a série da Pesquisa. As mulheres diminuíram sua participação tanto no trabalho assalariado do setor público (de 17,6% em 1993 para 15,3% em 2003) quanto no do setor privado com carteira assinada (de 40,8% para 38,4% respectivamente). Por outro lado, aumentaram sua participação no trabalho assalariado sem registro em carteira (de 5,3% para 8,0%) e no contingente das empregadas domésticas (de 14,7% para 15,8%), formas de inserção ocupacional que não estendem aos indivíduos aí ocupados, no todo ou em parte, os direitos e os benefícios previstos em lei para o trabalhador assalariado.

Também para os homens, registraram-se perdas de participação nas modalidades ocupacionais que constituem vínculos de melhor qualidade — o emprego no setor público e o trabalho assalariado com carteira assinada no setor privado (de 13,4% para 10,1% e de 49,1% para 46,6% respectivamente) — e ganhos naquelas posições consideradas mais precárias — trabalho assalariado sem carteira (de 8,2% em 1993 para 9,6% em 2003) e trabalho autônomo (de 18,6% para 22,3%). Mesmo assim, a proporção de mulheres inseridas em ocupações consideradas mais precárias supera a do contingente masculino.

Apesar do desempenho desfavorável da ocupação para a força de trabalho feminina, os resultados da Pesquisa, em 2003, reafirmaram a maior escolarização desse segmento da PEA comparativamente ao masculino. Segundo os dados da PED-RMPA, nos graus mais elevados do sistema escolar — no ensino médio e no ensino superior —, a presença de mulheres é mais expressiva do que a de homens: em 2003, entre as mulheres, 36,3% tinham ensino médio, e 14,4%, ensino superior; enquanto, entre os homens, essas proporções eram de 32,6% e 9,8% respectivamente (Tabelas 17 e 18 do **Anexo Estatístico**).

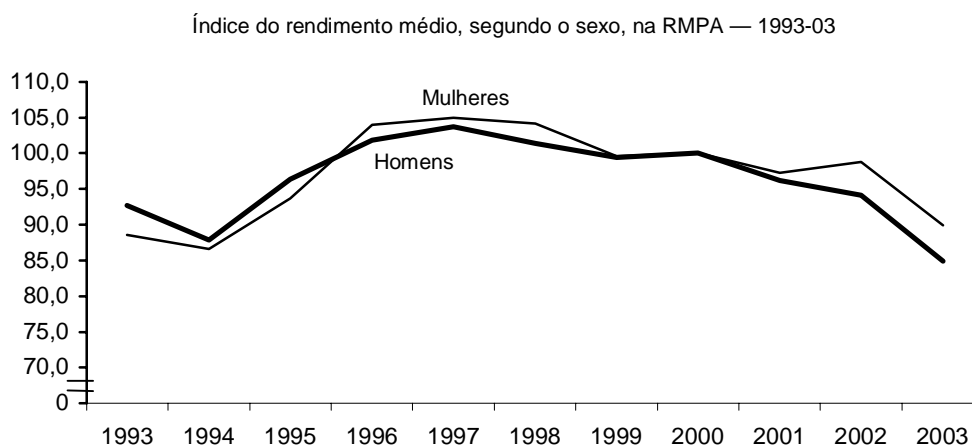
Também no que concerne à distribuição etária dos ocupados, os dados de 2003 reafirmam movimentos que vêm se desenhando ao longo da série pesquisada: redução na participação dos trabalhadores mais jovens, de 10 a 17 anos, e aumento significativo na participação dos trabalhadores com idade superior a 40 anos ou mais e, dentre estes, a das mulheres. Em 2003, destaca-se, justamente, o aumento do nível ocupacional entre aqueles trabalhadores com 40 anos ou mais, cuja proporção passou de 39,5% em 2002 para 40,2% em 2003, entre as mulheres, e de 39,8% para 40,5% entre os homens. De modo geral, esses movimentos são reflexos de alterações observadas na pirâmide etária da própria PEA, pelo envelhecimento da população da RMPA, que vem ocorrendo de forma sensível a partir dos anos 90.

Com referência à jornada de trabalho, observou-se que o número médio de horas semanais trabalhadas em 2003 se manteve estabilizado em 40 horas para as mulheres e em 46 horas para os homens. As mulheres trabalham um menor número de horas semanais comparativamente aos homens em todos os setores econômicos. Em serviços é onde reside a maior diferença (seis horas), seguido do comércio (quatro horas). Essas jornadas de trabalho mais reduzidas respondem, em grande medida, ao fato de a maior parte das mulheres enfrentarem dupla jornada de trabalho, caso se considerar que, além das atividades exercidas por elas fora de casa, se somam as suas responsabilidades familiares (Tabela 16 do **Anexo Estatístico**).

1.2 - Rendimento feminino reage menos às conjunturas desfavoráveis

Distando muito pouco do padrão existente em outras áreas metropolitanas do País, os rendimentos auferidos pelos trabalhadores da RMPA são baixos e extremamente mal-distribuídos. Para isso, tem sido determinante a fragilidade econômica nacional nas últimas décadas em associação a fatores estruturais, como a heterogeneidade do mercado de trabalho e os fortes traços de autoritarismo presentes nas relações de trabalho, no Brasil. A conformação do quadro de drásticas diferenciações nos ganhos do trabalho, porém, só é compreendida quando se avalia a relevância dos mecanismos discriminatórios na promoção da desigualdade, na sociedade brasileira, em especial iniquidade entre os sexos expressa nos notáveis diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres.

Gráfico 1



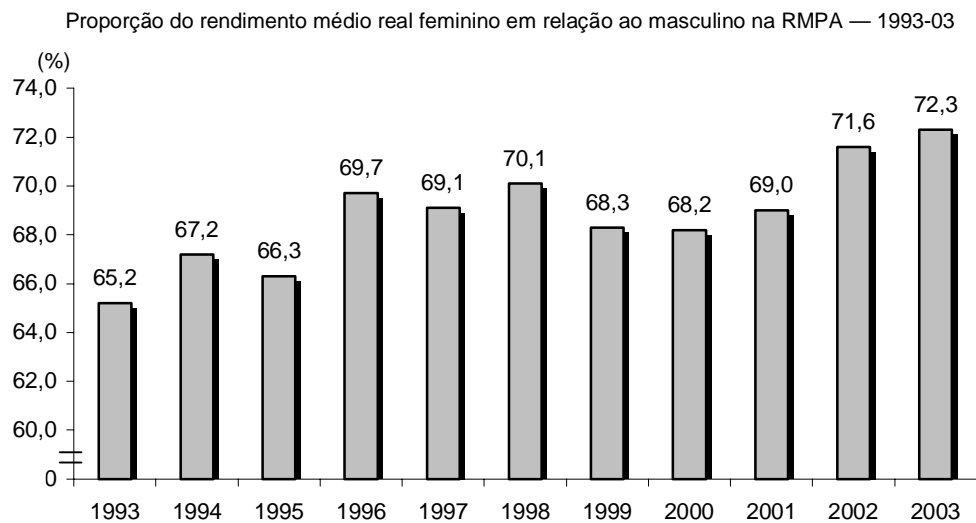
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Na RMPA, a proporção dos rendimentos femininos face aos masculinos elevou-se na última década, passando de 65,2% em 1993 para 72,3% em 2003. Essa evolução, todavia, deu-se em um contexto desfavorável ao conjunto da força de trabalho da Região, que experimentou, nos últimos 10 anos, perda substancial de suas remunerações. As informações apuradas pela PED-RMPA apontam que o contingente feminino metropolitano obteve variação positiva de apenas 1,5% em seus ganhos nesse período, enquanto, para os homens, foi registrado decréscimo de 8,4%, conferindo à redução dos diferenciais de rendimento entre homens e mulheres um caráter muito pouco virtuoso (Tabela 23 do **Anexo Estatístico**).

Para a composição desse resultado, o desempenho de 2003 foi essencial, pois, além de caracterizado por importante incremento do desemprego, se revelou o período no qual foi registrada a maior queda na renda média anual dos trabalhadores da Região, na última década (-9,6%). Tal movimento rebaixou o rendimento médio para R\$ 804,00 — menor patamar identificado pela série anual da Pesquisa, iniciada em 1993.

A notável retração dos rendimentos do trabalho em 2003 apresentou intensidade distinta entre os sexos. A redução dos rendimentos do trabalho foi menor para as mulheres (-9,0%) do que para os homens (-9,8%), fazendo seus ganhos médios declinarem, respectivamente, para R\$ 660,00 e R\$ 913,00. Entre os trabalhadores assalariados, de forma generalizada, as retrações foram menores, porém seguiram a mesma lógica dos rendimentos em geral, atingindo com maior severidade o grupo masculino, cujos salários ficaram 8,2% aquém dos valores observados no ano anterior. Para as assalariadas, verificou-se decréscimo de 7,6% no rendimento médio real (Tabelas 23 e 24 do **Anexo Estatístico**).

Gráfico 2



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Sob a ótica da distribuição de renda⁵, verificou-se que os rendimentos médios dos ocupados decresceram generalizadamente, porém com o mesmo viés entre homens e mulheres, atingindo, de forma mais acentuada, os trabalhadores de rendas mais elevadas. Cumpre destacar, nesse sentido, a retração observada nos rendimentos dos ocupados do Grupo 3, cuja queda, entre as mulheres, atingiu 9,9% e, entre os homens, 10,7%. Os ocupados de menores rendas, pertencentes ao Grupo 1, que haviam experimentado variações positivas nos dois últimos anos, sofreram redução nos seus rendimentos, sendo esta maior entre as mulheres (-7,5%), o que fez com que o rendimento médio desse grupo, pela primeira vez desde o início da série da PED-RMPA, ficasse aquém do salário mínimo nacional. Para o agrupamento de trabalhadores mais pobres, do sexo masculino, ocorreu redução de 7,0% nos rendimentos médios, em 2003 (Tabelas 25 e 26 do **Anexo Estatístico**).

A queda salarial, em 2003, expressou o acentuado recuo das remunerações pagas no setor privado associado a retrações observadas também no setor público. Para as assalariadas do setor privado, destacou-se a queda severa de 11,8% nos salários industriais, que, após a recuperação vista em 2002, voltou a patamares absolutos semelhantes aos registrados em 1993 — R\$ 512,00. Em 2003, também ocorreram expressivas retrações nos ganhos auferidos pelo contingente feminino no setor serviços (9,2%) — pelo quinto ano consecutivo — e no comércio (6,2%), onde a queda constatada reduziu o salário médio das comerciárias ao menor patamar identificado na série PED-RMPA. Para o contingente assalariado masculino, o maior decréscimo ocorreu no comércio (-11,5%), seguido pela severa queda observada nos salários industriais (-10,1%) e, em menor medida, nos de serviços (-8,5%) — Tabelas de 28 a 32 do **Anexo Estatístico**.

Segundo regulamentação do contrato de trabalho em carteira, constatou-se que, entre as mulheres, a retração foi maior para as trabalhadoras sem registro em carteira (-10,8%) do que para aquelas com registro do

⁵ Para esta análise, trabalha-se com o rendimento médio real por quartis, onde o Grupo 1 é formado pelos 25% dos ocupados com menores rendimentos; o Grupo 2, pelos 25% com rendimento imediatamente inferior ao mediano; o Grupo 3, pelos 25% com rendimento imediatamente superior ao mediano; o Grupo 4, pelos 25% com maiores rendimentos.

contrato em carteira (-9,5%), enquanto, para os homens, a redução dos salários foi idêntica para os segmentos com e sem carteira de trabalho assinada (-10,5%). Entre os empregados públicos, observou-se redução significativa tanto para as mulheres (-5,9%) quanto para os homens (-5,4%).

Como resultante desses movimentos, os diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres foram atenuados no último ano, passando o contingente feminino da RMPA a perceber o equivalente a 72,3% dos rendimentos dos homens na Região, comparativamente aos 71,6% registrados em 2002. Entre os assalariados, a proporção dos rendimentos femininos face aos masculinos cresceu de 83,6% em 2003 para os 84,1% atuais. Cabe sublinhar que essa redução do diferencial de rendimentos, num ano de frágil desempenho econômico, está ancorada na maior perda relativa dos rendimentos masculinos, que vêm se mostrando mais suscetíveis a variações conjunturais (Tabelas 23 e 24 do **Anexo Estatístico**).

2 - Acentua-se a presença feminina no desemprego

Nos últimos 10 anos, o desemprego feminino praticamente duplicou (92,8%) na RMPA, enquanto o contingente desempregado masculino cresceu bem menos (52,2%), delineando-se um padrão de feminização do desemprego. De fato, em 1993, dos 174 mil desempregados da Região, 48,3% eram mulheres (84 mil); em 2003, elas constituíam a maioria dos 299 mil desempregados da Região (54,2%), com um contingente de 162 mil mulheres. Esse novo padrão resultou, fundamentalmente, da associação entre o intenso crescimento do desemprego e a acentuada entrada de mulheres no mercado de trabalho que marcou o último decênio.

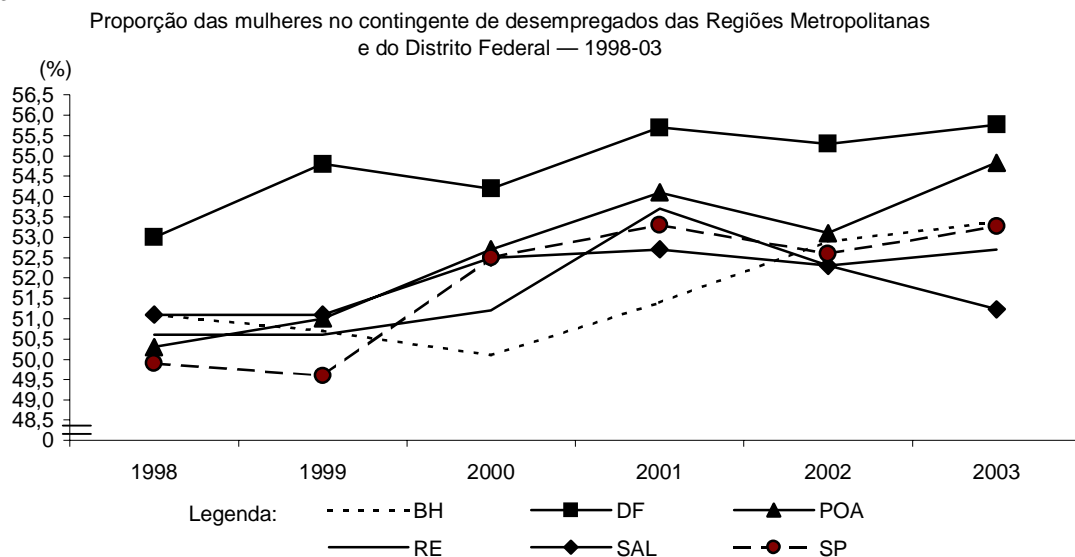
A partir dos anos 90, o desemprego cresceu a proporções ainda não experimentadas na história recente do País, atingindo, de forma generalizada, segmentos importantes da força de trabalho nacional. A magnitude e a abrangência alcançadas por essa subutilização do trabalho, principalmente nas áreas urbanas, deram nova conotação a mecanismos discriminatórios que já estavam presentes na constituição da sociedade brasileira, renovando e ampliando seu potencial desagregador.

A desigualdade de oportunidades de inserção existente entre homens e mulheres brasileiros no mundo do trabalho, sem dúvida, está entre os mecanismos intensificados pelo crescimento do desemprego. Essas tendências são identificadas no exame das informações de desemprego apuradas neste estudo, quer nas acentuadas diferenças de patamar existentes entre as taxas de desemprego de homens e mulheres, quer na evolução dos diferenciais encontrados para a incidência do desemprego na RMPA para cada um desses contingentes.

Entre 1993 e 2003, 212 mil mulheres incorporaram-se à força de trabalho regional, o que correspondeu a um notável acréscimo de 36,4% no volume de trabalhadoras, na área metropolitana. Já entre os homens, o engajamento de 130 mil pessoas no mercado de trabalho, apesar de positivo e importante, foi bem menos expressivo. No mesmo período, 134 mil mulheres obtiveram uma ocupação na RMPA, volume que, embora supere largamente o acréscimo de 83 mil homens na ocupação, se mostrou muito aquém do volume imposto pelo excepcional crescimento da PEA feminina (Tabelas 2 e 3 do **Anexo Estatístico**).

Esses movimentos seguem a tendência identificada para as demais regiões em que a PED é realizada, nas quais, como é possível visualizar no Gráfico 3, as mulheres, de forma generalizada, correspondiam a mais de 50,0% dos desempregados em 2003. No período 1998-03 — à exceção da Grande Salvador, onde a proporção de mulheres no contingente em desemprego, após crescer, voltou ao patamar identificado há seis anos —, o crescimento do desemprego foi mais intenso para as mulheres, alterando o perfil de gênero da desocupação regional. Nesse quadro, a RMPA destaca-se pela celeridade desse processo.

Gráfico 3

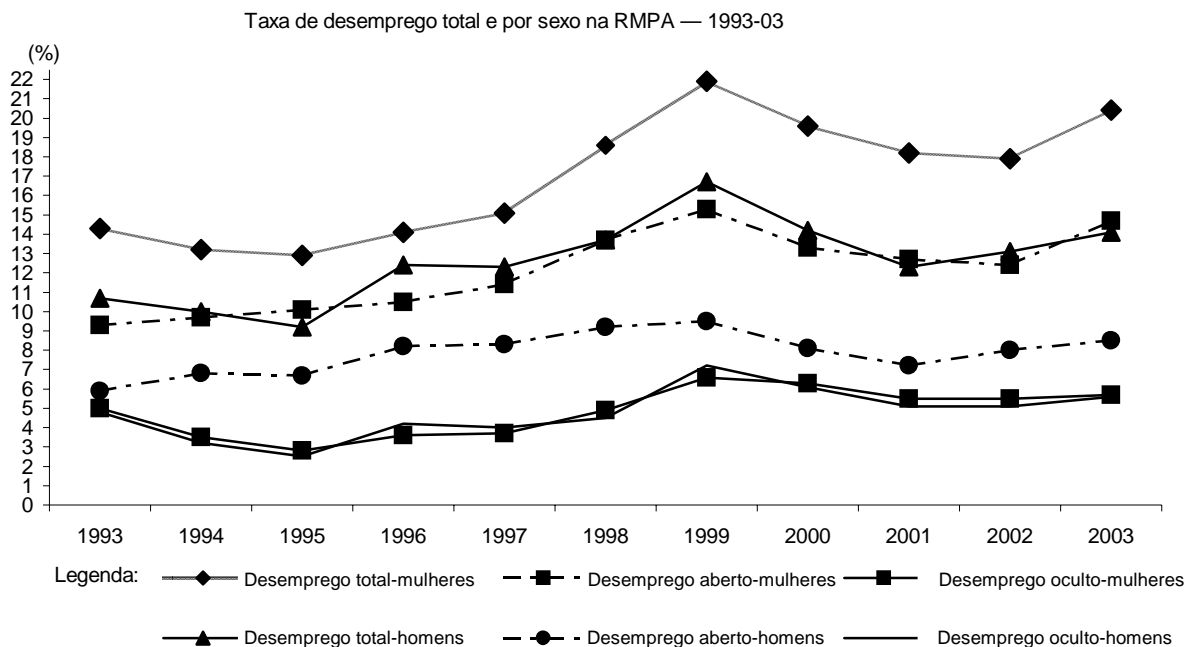


FONTE: Sistema Estatístico PED - Convênio SEADE-SP, DIEESE e instituições estaduais.

Em um contexto de crise econômica e reestruturação da base produtiva nacional, a taxa de desemprego total da RMPA, no período 1993-03 manteve-se, para o conjunto da força de trabalho regional, em elevados patamares, passando de 12,2% da PEA em 1993 para os 16,7% em 2003. A evolução desse indicador, porém, demonstra grande suscetibilidade aos diversos movimentos da conjuntura econômica que marcaram a década, podendo ser identificadas pelo menos quatro fases distintas no comportamento dessa variável. Sob as condições favoráveis ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego total da RMPA declinou nos períodos 1994-95 e de 2000-02, no primeiro caso, em virtude do rápido decréscimo dos patamares inflacionários no início do Plano Real e, posteriormente, pelo impacto da desvalorização cambial de 1999. Ao revés, sob o impacto de elevadas taxas de juros e pelo clima de instabilidade no período 1996-99 e, posteriormente, em 2003, a taxa de desemprego regional enfrentou ampliação acelerada (Tabela 1 do **Anexo Estatístico**).

Tais movimentos, que acabaram por desenhar uma trajetória oscilante, porém nitidamente ascendente do desemprego na RMPA, refletiram as dificuldades de inserção no mercado de trabalho local tanto para as mulheres quanto para os homens. Todavia, como é possível visualizar no Gráfico 4, ocorreu uma desvantajosa evolução do desemprego para a população feminina, o que resultou na elevação da proporção de mulheres no contingente de desempregados. Afinal, nas fases de ascensão da taxa de desemprego total, a maior incidência desse fenômeno, com frequência, recaiu sobre as mulheres; ao contrário, nas fases em que o desemprego declinou, foram raros os períodos em que se tenha observado maior benefício para a força de trabalho feminina.

Gráfico 4



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

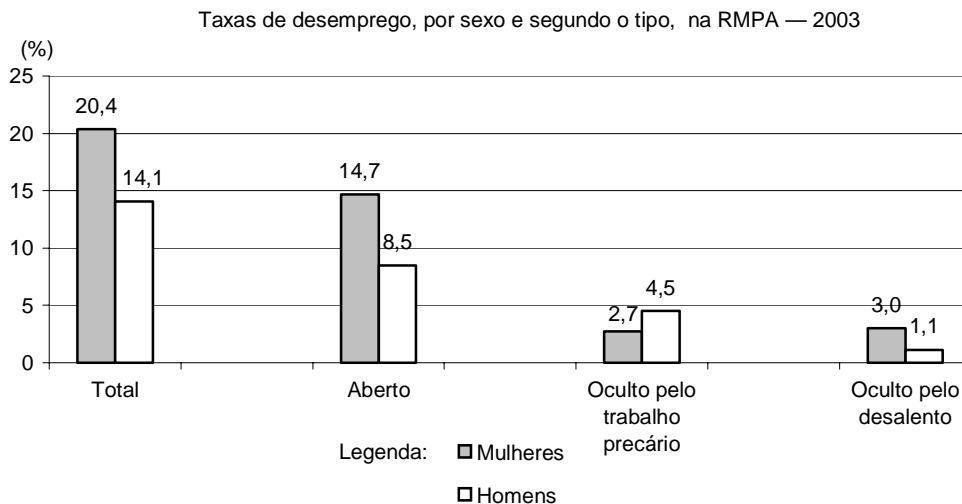
2.1 - Modalidades de desemprego apresentam comportamentos diferenciados por gênero

Considerando-se o contingente desempregado segundo o tipo⁶ de desemprego, observa-se que, enquanto as mulheres são maioria no contingente de desemprego aberto, os homens são maioria no contingente de desemprego oculto. De fato, em 2003, havia 117 mil mulheres desempregadas no desemprego aberto, ao passo que os homens, nesse tipo de desemprego, somavam apenas 83 mil pessoas. Já com relação ao desemprego oculto, o contingente era formado por 54 mil homens, enquanto as mulheres, em número menor, atingiam 45 mil pessoas. Dessa forma, a taxa de desemprego aberto do contingente feminino, em 2003, era 72,9% superior à do masculino, enquanto, na taxa do desemprego oculto, praticamente inexistiam diferenças entre os sexos.

No âmbito do desemprego oculto, constatam-se situações opostas entre os sexos: o desemprego oculto pelo desalento atinge mais as mulheres do que os homens — as taxas eram de 3,0% para o contingente feminino e de 1,1% para o masculino em 2003 —, enquanto, no desemprego oculto pelo trabalho precário, há maior presença masculina, com taxas de 4,5% para os homens e de 2,7% para as mulheres no mesmo período (Gráfico 5).

⁶ O conceito do desemprego utilizado pela PED-RMPA compreende três tipos, a saber: (a) **desemprego aberto** (pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias); (b) **desemprego oculto pelo trabalho precário** (pessoas que procuraram efetivamente trabalho nos 30 dias anteriores ao dia da pesquisa, ou nos últimos 12 meses, e que realizam, de forma irregular, algum trabalho remunerado, ou realizam algum trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou realizam algum trabalho recebendo exclusivamente

Gráfico 5



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Os homens enquadram-se mais neste último tipo de desemprego, devido, ao fato de ocuparem, em grande medida, a posição de chefes de domicílio e, conseqüentemente, serem os principais responsáveis pela manutenção da família, por isso, se vêem forçados — enquanto procuram trabalho — a realizar atividades instáveis, de forma não regular, geralmente "bicos" ou "biscates", para garantir a sobrevivência familiar. As mulheres, além de encontrarem maiores dificuldades para sua absorção pelo mercado de trabalho, são, também, via de regra, as mais envolvidas com as responsabilidades domésticas. Nesse caso, o trabalho geralmente passa a ser exercido paralelamente às atividades do lar, as quais, segundo o padrão vigente da divisão de trabalho por sexo, assumem papel importante e prioritário na vida desse segmento. Daí se encontrar na situação de desemprego oculto por desalento um maior número de mulheres desempregadas, dado que elas têm nos afazeres domésticos uma responsabilidade a ser cumprida enquanto buscam trabalho no mercado. Essas características foram reafirmadas em 2003 pelo movimento dos tipos de desemprego segundo o sexo.

Neste último ano, a elevação da taxa média de desemprego total entre as mulheres foi determinada, principalmente, pelo desemprego aberto, cuja taxa passou de 12,4% em 2002 para 14,7% no ano em análise, apresentando um aumento de 19 mil pessoas. Já a taxa de desemprego oculto, com um acréscimo de apenas 2 mil pessoas, passou de 5,5% para 5,7%. Com relação aos homens, ao contrário, a elevação da taxa média do desemprego total foi determinada, sobretudo, pelo desemprego oculto, o qual passou de 5,1% para 5,6%, enquanto o desemprego aberto passou de 8,0% para 8,5% (Tabela 5 do **Anexo Estatístico**).

Assim, o desemprego aberto apresentou um maior incremento na taxa das mulheres (18,5%), quando comparada com a dos homens (6,3%); e o desemprego oculto, ao contrário, apresentou um maior crescimento na taxa dos homens (9,8%), elevando-se a das mulheres em apenas 3,6%. Esses movimentos aprofundaram as características da composição do desemprego, por tipo, segundo cada sexo.

em espécie ou benefício; e (c) **desemprego oculto pelo desalento** (pessoas sem trabalho e que não procuraram nos últimos 30 dias por desestímulos do mercado de trabalho nos últimos 12 meses).

No período 1993-03, o comportamento da taxa total de desemprego feminino foi determinado pela elevação conjunta do desemprego aberto e do desemprego oculto. O primeiro apresentou um crescimento maior, com a taxa passando de 9,3% em 1993 para 14,7% em 2003. O segundo, com um crescimento menor, passou de 5,0% para 5,7% no período mencionado. Foram agregadas ao contingente de mulheres desempregadas 62 mil pessoas no desemprego aberto e 16 mil no desemprego oculto, nesse período.

O desemprego aberto feminino apresentou trajetória ascendente do início da série até 1999, passou a declinar nos três anos consecutivos (2000, 2001 e 2002) e, por último, em 2003, voltou a apresentar crescimento. Já o desemprego oculto declinou nos anos de 1994 e 1995, mas, a partir de 1996, apresentou o mesmo comportamento do aberto (Tabela 4 do **Anexo Estatístico**).

Da mesma forma, o aumento da taxa de desemprego masculino foi determinado tanto pelo desemprego aberto quanto pelo oculto. O primeiro agregou 33 mil pessoas em seu contingente, passando de 5,9% em 1993 para 8,5% em 2003. O segundo, com um acréscimo menor, agregou 14 mil pessoas em seu contingente, o qual passou de 4,8% para 5,6% no mesmo período.

2.2 - Tempo de procura por trabalho revela maiores dificuldades das mulheres

Além das taxas de desemprego, a dificuldade em conseguir uma ocupação, que traduz o caráter estrutural do desemprego que vem se configurando de forma expressiva a partir dos anos 90, pode ser medida, também, através do tempo médio despendido na procura de trabalho. Em 1993, um desempregado despendia, em média, 25 semanas na busca de uma ocupação, saltando para 46 semanas em 1999, quando esse indicador atingiu seu ponto máximo, retrocedendo, em 2003, para 44 semanas (Tabela 10 do **Anexo Estatístico**).

Entre as mulheres desempregadas, o tempo médio despendido na procura de trabalho foi sempre superior ao dos homens. Em média, a força de trabalho feminina necessitava de 26 semanas para encontrar um novo emprego em 1993, tendo se elevado para 46 semanas em 2003. Com relação aos homens, o tempo médio de procura aumentou de 23 para 41 semanas no mesmo período.

Na análise segundo os tipos de desemprego, o tempo médio de procura por trabalho apresenta-se mais elevado na situação de desemprego oculto para os dois sexos, permanecendo, entretanto, os diferenciais entre eles. Em 2003, o contingente feminino despendia 61 semanas na procura de uma ocupação, enquanto o masculino despendia 52 semanas no mesmo ano. Esse indicador praticamente dobrou quando comparado com o tempo despendido em 1993 — 31 semanas para as mulheres e 29 semanas para os homens. No que diz respeito ao desemprego aberto, a força de trabalho feminina precisava de 40 semanas para encontrar um emprego, enquanto a masculina necessitava de apenas 29 semanas (Tabela 1).

Tabela 1

Tempo médio de procura de trabalho, por tipo de desemprego e sexo, segundo atributos pessoais, na RMPA — 1993 e 2003

ATRIBUTOS	(semanas)							
	ABERTO				OCULTO			
	1993		2003		1993		2003	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total	19	24	33	40	29	31	52	61
Escolaridade								
Analfabeto	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Fundamental incompleto (2)...	18	23	31	39	29	27	52	61
Fundamental completo (3)	18	23	31	39	29	30	48	55
Médio completo (4)	22	24	34	40	(1)-	39	57	62
Superior completo	(1)-	(1)-	(1)-	49	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Idade								
De 10 a 17 anos	17	18	25	23	24	(1)-	25	(1)-
De 18 a 24 anos	19	24	31	37	25	26	42	52
De 25 a 39 anos	19	26	30	44	30	34	46	62
40 anos ou mais	20	28	46	54	34	37	76	78
Cor								
Branca	19	24	33	40	30	31	53	60
Não branca	19	23	33	41	25	27	50	64

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria. (2) Inclui alfabetizados sem escolarização. (3) Inclui fundamental completo e médio incompleto. (4) Inclui médio completo e superior incompleto.

2.3 - Exposição diferenciada ao desemprego recria desigualdades entre as mulheres

As desigualdades entre homens e mulheres são matizadas pela presença de fatores geradores de desigualdades, seja porque se constituem, eles próprios, em processos discriminatórios, seja porque sua presença é capaz de aprofundar ou amenizar os efeitos daqueles processos. Da mesma forma, esses fatores geram diferenças no interior de cada um dos grupos em questão — homens e mulheres —, estabelecendo ou recriando processos de desigualdade.

Assim, atributos naturais, como idade e cor e/ou etnia, ou adquiridos, como escolaridade e posição na família, contribuem para estabelecer novas nuanças no quadro do desemprego feminino.

A análise da incidência do desemprego a partir dos critérios de idade e posição no domicílio de residência sugere que, tanto entre mulheres quanto entre homens, a desocupação na área metropolitana recai com maior intensidade sobre o agrupamento composto pelos trabalhadores mais jovens e pelos filhos. De fato, as taxas de desemprego reduzem-se com o avanço etário, sendo que a taxa feminina, com frequência, permaneceu acima dos 40,0% para a população ativa de 10 a 17 anos. Entre os integrantes do domicílio, por sua vez, as taxas de desemprego de chefes e cônjuges são mais baixas, elevando-se à medida que se afastam dos indivíduos que detêm maior responsabilidade no núcleo familiar para atingir, em maior proporção, os filhos. Em patamar inferior, as taxas de desemprego para chefes de domicílios e para trabalhadores que alcançaram ou superaram os 40 anos de idade assumem particular importância na discussão dos efeitos da insuficiência de postos de trabalho no Brasil. Nesse caso, o destaque cabe à natureza da inserção na sociedade desses trabalhadores, que, em geral, são responsáveis pela sua própria manutenção e a de seus grupos familiares.

Agreguem-se a isso as tendências, já suficientemente identificadas no País, de ampliação do número de mulheres chefes de domicílio e do envelhecimento da população em geral.

Ao longo da série anual da PED-RMPA, além de uma trajetória oscilante das taxas de desemprego associada aos movimentos conjunturais do período 1993-03, a característica que marca de forma generalizada todos os segmentos de idade e posição no domicílio é a permanência de elevados diferenciais nos patamares das taxas de desemprego total entre homens e mulheres em cada um dos contingentes. Os maiores diferenciais em relação ao desemprego ocorrem entre os agrupamentos populacionais mais jovens: os de 10 a 17 anos; os na faixa etária de 18 a 24 anos; e aqueles que ocupam a posição de filhos em seus domicílios — agrupamentos com menos comprometimento no sustento familiar. Nas populações cujos patamares de desemprego são menores, por sua vez, os diferenciais de subutilização ocupacional entre os contingentes masculino e feminino são menos intensos e mais estáveis (Tabela 7 do **Anexo Estatístico**).

A maior exposição ao risco de desemprego associada à juventude aparece também quando se examina o desemprego em seus diferentes tipos. O desemprego aberto é consideravelmente maior entre os jovens, não obstante as faixas etárias mais avançadas evidenciarem uma tendência mais acentuada de elevação. Assim, observou-se, no período 1993-03, um maior incremento tanto nas taxas das mulheres com 40 anos ou mais (83,8%) quanto nas taxas dos homens da mesma faixa etária (92,0%). Já a maior diferença entre as taxas dos dois sexos está entre os indivíduos com idade de 25 a 39 anos — nessa faixa, a taxa do desemprego aberto feminino correspondia ao dobro da taxa do desemprego aberto masculino em 2003. Quanto ao desemprego oculto, a maior diferença da taxa entre homens e mulheres também está entre os indivíduos da faixa de 25 a 39 anos, porém em menor intensidade (12,0%) — Tabela 2.

Tabela 2

Taxa de desemprego, por tipo e sexo, segundo atributos pessoais, na RMPA — 1993 e 2003

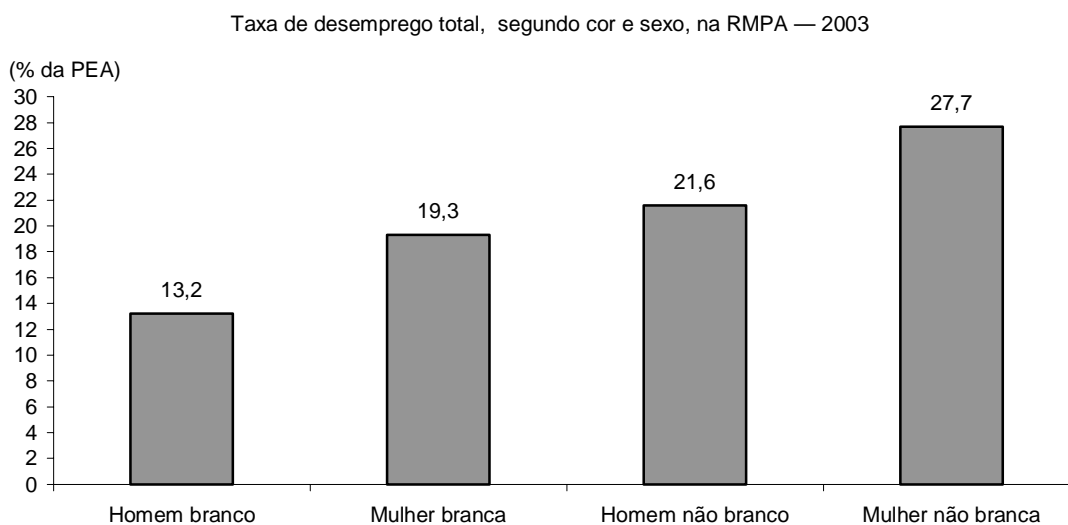
INDICADORES	Taxa de desemprego, por tipo e sexo, segundo atributos pessoais, na RMPA — 1993 e 2003 (%)							
	ABERTO				OCULTO			
	1993		2003		1993		2003	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total	5,9	9,3	8,5	14,7	4,8	5,0	5,6	5,7
Escolaridade								
Analfabeto	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Fundamental incompleto (2)	6,6	10,6	8,5	13,8	6,6	6,0	8,2	7,7
Fundamental completo (3)	6,9	12,0	10,5	20,8	4,1	6,0	6,1	7,3
Médio completo (4)	4,5	8,2	8,6	15,1	(1)-	3,2	3,2	4,6
Superior completo	(1)-	(1)-	(1)-	5,9	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Idade								
De 10 a 17 anos	19,7	29,8	30,2	45,9	9,3	(1)-	11,9	(1)-
De 18 a 24 anos	10,3	15,6	15,1	26,6	6,6	6,5	7,2	7,3
De 25 a 39 anos	4,0	6,8	6,1	12,2	4,4	4,9	5,0	5,6
40 anos ou mais	2,5	3,7	4,8	6,8	3,2	3,0	4,4	4,4
Cor								
Branca	5,6	9,1	8,1	14,1	4,4	4,7	5,1	5,3
Não branca	8,2	11,0	12,1	18,9	7,8	6,6	9,5	8,7

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria. (2) Inclui alfabetizados sem escolarização. (3) Inclui fundamental completo e médio incompleto. (4) Inclui médio completo e superior incompleto.

A introdução da variável cor na análise do desemprego feminino revela a mais intensa desigualdade, tanto na relação entre os sexos quanto no interior da força de trabalho feminina. Isto porque aí se manifestam os efeitos potencializados da dupla discriminação — de cor e sexo. No caso do desemprego, o resultado dessa dupla discriminação é devastador, colocando as mulheres não brancas como o segmento mais atingido pelo desemprego. Em 2003, a taxa dessas mulheres atingiu 27,6% de sua força de trabalho, praticamente o dobro da taxa identificada para os homens brancos (13,1%). Em relação às mulheres brancas, a distância também é expressiva, uma vez que a taxa específica dessas mulheres ficou em 19,4% (Gráfico 6).

Gráfico 6



FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Considerando os tipos de desemprego captados através da metodologia da PED, segundo a cor do indivíduo, constata-se a manutenção dos altos diferenciais, com explícita desvantagem para as mulheres não brancas. No desemprego aberto, a taxa das mulheres não brancas foi a mais alta, atingindo o patamar de 18,9% em 2003, enquanto a das mulheres brancas ficou em 14,1%, e a dos homens brancos, em apenas 8,1%. No desemprego oculto, no entanto, esse indicador foi mais elevado para os homens não brancos (9,5%), seguindo-se a taxa das mulheres não brancas (8,7%). Homens e mulheres brancos apresentaram taxas menores e mais aproximadas: 5,3% para as mulheres e 5,1% para os homens. O patamar mais elevado da taxa dos homens não brancos, em comparação com a das mulheres não brancas, nesse tipo de desemprego, pode estar refletindo o fato de os homens estarem, em maior medida que as mulheres, na posição de chefia da família, o que intensifica a necessidade do exercício de alguma atividade remunerada ("bico") concomitantemente à procura, para manter o provimento do grupo familiar.

O comportamento das taxas de desemprego, segundo níveis de escolaridade, segue tendência geral, independentemente do sexo dos indivíduos: são tanto mais baixas quanto mais elevado for o grau concluído. Para os indivíduos de menor escolaridade, as taxas são mais elevadas, porém apresentando diferentes nuances para homens e mulheres. Enquanto para o agrupamento masculino não existem distinções importantes entre os trabalhadores que completaram o ensino fundamental e os que não o fizeram, para as mulheres, as taxas

de desemprego mais elevadas incidem sobre aquelas que concluíram o ensino fundamental (28,1% da PEA), superando a das que não concluíram tal etapa — 21,5% da PEA feminina em 2003. As taxas masculinas referentes a essas etapas ficaram, em 2003, em 16,5% e 16,8% da PEA correspondente. Contudo, na medida em que as informações tornam possível uma comparação entre 1993 e 2003, fica nítido que as mulheres apresentaram taxas de desemprego maiores do que as verificadas para os homens com igual escolaridade. Essa desigualdade, embora seja amenizada com o avanço bem-sucedido dos anos de estudo, persiste em todos os níveis de escolarização (Tabela 6 do **Anexo Estatístico**).

Na análise segundo os tipos de desemprego, o comportamento até aqui identificado se repete em linhas gerais. Em 2003, a taxa de desemprego aberto foi mais elevada para o segmento que possuía o ensino fundamental completo (20,8% para as mulheres e 10,5% para os homens). Nesse nível de ensino, reside também a maior diferença entre as taxas: a do segmento feminino era 98,1% superior à taxa do masculino (Tabela 2).

A evolução da taxa de desemprego aberto segundo a escolaridade, no período 1993-03, mostra, igualmente para as mulheres e para os homens, que o aumento da taxa foi tanto maior quanto mais elevado era o nível de escolaridade. Desse modo, evidenciou-se aumento da participação no contingente de desemprego aberto das pessoas mais escolarizadas: para o contingente com ensino médio completo, a taxa de desemprego feminino passou de 19,6% em 1993 para 37,0% em 2003, e a do masculino de 15,2% para 32,3% no mesmo período.

Em 2003, a taxa de desemprego oculto, da mesma forma que a do aberto, foi mais elevada no ensino fundamental incompleto (7,7% para as mulheres e 8,2% para os homens). Note-se, no entanto, que, nesse nível de ensino, a taxa do segmento masculino era 6,5% superior à taxa do feminino. A maior diferença da taxa entre os sexos está no ensino médio completo, cuja taxa das mulheres era 43,8% superior à dos homens. No que diz respeito à evolução da taxa, no período 1993-03, observa-se, para o segmento feminino, que o maior crescimento se deu no ensino médio completo, enquanto, para o masculino, o maior crescimento se deu no ensino fundamental completo. Assim, o maior aumento da participação das mulheres no contingente desempregado oculto ficou entre aquelas que possuíam o ensino médio completo (de 14,6% em 1993 para 29,1% em 2003), enquanto o crescimento da participação dos homens ficou entre aqueles que possuíam o ensino fundamental completo (de 17,8% para 25,0% respectivamente).

2.4 - A vivência do desemprego e a inserção das mulheres na família

A vivência do cotidiano do desemprego também revela diversidade de comportamento entre homens e mulheres. A inserção diferenciada na estrutura familiar — com a atribuição primordial à mulher dos cuidados com os filhos e outros familiares, com a casa, etc., e ao homem o provento do grupo familiar — impõe comportamentos específicos para homens e mulheres.

Assim, pode-se observar que as estratégias tanto de sobrevivência no período de desemprego como das formas de busca de uma nova ocupação apresentam nuances segundo o sexo. As mulheres lançam mão de uma gama um pouco mais ampla de recursos na procura por uma ocupação: além daquelas formas mais utilizadas por ambos os sexos — procura direta nas empresas ou nas agências de emprego e nos sindicatos —, as mulheres também utilizam o instrumento público de apoio ao trabalhador, que é o serviço de intermediação da FGTAS/SINE-RS (Tabela 3).

Quanto às estratégias de sobrevivência no desemprego, o fato de outros membros da família terem trabalho constitui a forma mais apontada tanto pelas mulheres quanto pelos homens, sendo que a proporção é maior entre as mulheres. As mulheres também recorrem, em maior medida, à ajuda de parentes e amigos. Já entre os homens, os trabalhos irregulares, o conhecido "bico", vêm em segundo lugar como meio utilizado para sobreviver durante o desemprego. Homens mais que mulheres utilizam os recursos da seguridade social — FGTS e seguro-desemprego —, ainda que em medida muito pequena (Tabela 4).

Tabela 3

Distribuição dos desempregados com procura nos 30 dias, por tipo de providência tomada na procura por trabalho, segundo o sexo, na RMPA — 1993 e 2003

FORMAS DE PROCURA	(%)			
	1993		2003	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Procurou empresas, agências, sindicatos	86,9	86,3	83,2	83,3
Procurou o SINE	(1)-	(1)-	5,9	6,9
Colocou/respondeu anúncio	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Procurou parentes, amigos, conhecidos	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Procurou na rua	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Fez contatos com possíveis clientes	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Outra providência	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Tabela 4

Distribuição dos desempregados por sexo, segundo meios de sobrevivência, na RMPA — 1993 e 2003

MEIOS DE SOBREVIVÊNCIA	(%)			
	1993		2003	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Trabalhos irregulares ("bicos")	38,7	19,3	31,4	12,8
Ajuda de parentes e/ou amigos	25,2	28,1	27,4	26,9
Outros familiares têm trabalho	57,6	73,7	59,3	71,1
Dinheiro do FGTS	8,3	(1)-	3,3	(1)-
Dinheiro do seguro-desemprego	4,2	(1)-	6,8	3,2
Pensão ou aposentadoria	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Outros	10,9	7,2	9,5	7,9

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

A pouca utilização desses recursos está ligada à baixa universalização dos mesmos e à crescente precarização da ocupação — ambas estão relacionadas ao emprego assalariado com carteira assinada. No caso das mulheres, a utilização menor desses instrumentos decorre da maior inserção em ocupações não regidas pelo contrato-padrão de trabalho assalariado — grande concentração no trabalho doméstico, no assalariamento sem carteira e no trabalho autônomo.

Dentre as mulheres, esses instrumentos são mais utilizados por aquelas que ocupam a chefia da família e têm filhos e pelas cônjuges sem filhos, para as quais as formas assalariadas de ocupação são mais representativas (Tabela 5).

Tabela 5

Distribuição dos desempregados, segundo meios de sobrevivência e posição na família, na RMPA — 2003

POSIÇÃO NA FAMÍLIA	MEIOS DE SOBREVIVÊNCIA						
	Trabalhos Irregulares	Ajuda de Parentes ou Amigos	Outros Familiares Têm Trabalho	Dinheiro do FGTS	Dinheiro do Seguro-Desemprego	Aposentadoria ou Pensão	Outros
Homens							
Unipessoais	41,4	33,6	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	30,2
Chefes com filhos	44,7	16,6	52,0	5,6	10,4	4,1	15,3
Chefes sem filhos	36,1	28,5	51,6	(1)-	7,6	4,0	15,2
Cônjuges com filhos ..	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Cônjuges sem filhos ..	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Filhos	21,1	29,5	72,6	(1)-	4,2	(1)-	3,9
Outros	25,2	54,4	48,9	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Mulheres							
Unipessoais	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Chefes com filhos	27,9	36,0	26,6	(1)-	5,6	11,7	27,7
Chefes sem filhos	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Cônjuges com filhos ..	15,2	13,9	86,9	(1)-	2,3	(1)-	4,2
Cônjuges sem filhos ..	11,3	19,6	81,0	(1)-	5,2	(1)-	6,4
Filhos	6,5	29,7	77,5	(1)-	2,6	(1)-	4,6
Outros	9,2	54,4	52,8	(1)-	(1)-	(1)-	8,4

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

O crescimento da presença feminina no mercado de trabalho não pode ser tratado sem se considerar o papel desempenhado pelas mulheres na estrutura familiar. As transformações que vêm se processando na instituição família estão estreitamente relacionadas às possibilidades de as mulheres assumirem uma posição mais ativa no espaço público, em particular, no mercado de trabalho.

Enquanto ocorrem mudanças no papel da mulher, em sua posição no núcleo familiar e com o declínio do modelo da família tradicional patriarcal assentada num único provedor, novos arranjos domésticos entram em cena, mas as possibilidades de emprego e a absorção da força de trabalho pelo mercado permanecem permeadas pelas relações de gênero. Persiste, ainda, um mercado de trabalho arraigado aos tradicionais papéis sobre o que é tarefa feminina e o que é de responsabilidade dos homens, reduzindo as possibilidades de inserção do contingente de trabalhadoras.

A mulher sofreu sobrecarga em suas tarefas, e a sua participação nas finanças domésticas ou a provisão integral do grupo familiar é outro fato consumado (para, pelo menos, grande parcela da população feminina).

Sob essa ótica, quando se analisa a taxa de desemprego feminino, verifica-se que a situação da mulher se agrava significativamente, porque, à medida que surgem novas formas de estruturas familiares (decomposição do modelo tradicional) e ocorrem mudanças quanto à posição da mulher no domicílio — desde o compartilhar a manutenção da casa com o companheiro até o responsabilizar-se sozinha pela sobrevivência familiar —, a família reduz suas possibilidades de funcionar como "um amortecedor da crise" e acelera sua decomposição, num processo crescente de empobrecimento (Montali, 2000).

Na RMPA, considerando a inserção das mulheres na família, observou-se que a taxa de desemprego aberto das mulheres com chefia de família e filhos foi o dobro da dos homens nessa condição (9,3% e 4,5% respectivamente), o que contribuiu mais ainda para o agravamento de um fenômeno cada vez mais presente na Região e no País como um todo, que é o aumento da pobreza entre as mulheres que estão assumindo sozinhas a responsabilidade pelo sustento familiar (Tabela 6).

Tabela 6

Taxa de desemprego e tempo de procura por sexo, segundo a posição no domicílio,
na RMPA — 2003

POSIÇÃO NO DOMICÍLIO	TAXA DE DESEMPREGO (%)				TEMPO DE PROCURA (semanas)			
	Aberto		Oculto		Aberto		Oculto	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Unipessoais	5,5	(1)-	6,1	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Chefes com filhos	4,5	9,3	4,6	6,2	31	43	58	64
Chefes sem filhos	5,3	(1)-	4,0	(1)-	29	(1)-	30	(1)-
Cônjuges com filhos	(1)-	10,7	(1)-	5,8	(1)-	45	(1)-	67
Cônjuges sem filhos	(1)-	11,7	(1)-	4,7	(1)-	44	(1)-	(1)-
Filhos	17,1	25,8	7,6	6,1	34	37	46	50
Outros	15,8	20,7	7,7	5,7	31	37	(1)-	(1)-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Constata-se também que a maior proporção de mulheres em situação de desemprego oculto se encontra entre as que detêm a chefia da família e têm filhos (6,2%). Parte desse indicador contempla o desemprego pelo trabalho precário, situação em que devem se encontrar, sobremaneira, as mulheres que detêm a chefia de domicílio, as quais não podem prescindir de alguma atividade remunerada que lhes permita a manutenção do grupo familiar (realização de "bicos").

A condição de desemprego pelo desalento, a outra face do desemprego oculto, pode estar ligada ao longo período em que as mulheres permanecem procurando trabalho: para aquelas com chefia de família e filhos, o tempo médio de procura por trabalho foi de 64 semanas e de 67 semanas para as cônjuges com filhos. Ainda em relação a este último indicador, cabe sublinhar que as mulheres detêm tempos médios de procura mais elevados que os homens, seja qual for a posição que ocupem na família, tanto no desemprego aberto quanto no oculto (Tabela 6).

3 - Considerações finais

A conjuntura econômica desfavorável e seus efeitos negativos sobre o mercado de trabalho fizeram de 2003 um período difícil para a população trabalhadora, atingindo sobremaneira a força de trabalho feminina na RMPA. No referido ano, houve um recuo no ritmo de entrada de mulheres na força de trabalho, acompanhado de uma redução importante em seu nível ocupacional e em seus rendimentos. Como consequência, o desemprego feminino disparou. Na mesma conjuntura, a força de trabalho masculina cresceu, porém, em maior medida, ampliou-se o contingente de homens ocupados na Região. Com o melhor desempenho ocupacional, o desemprego masculino cresceu em proporção menor do que o feminino.

O único indicador que mostrou desempenho comparativamente mais favorável às mulheres em 2003 foi o rendimento, cuja variação negativa foi menor do que a experimentada pelos homens. Mesmo assim, na análise do rendimento segundo estratos de renda, o rendimento médio das mulheres que auferem os menores rendimentos (as 25% mais pobres) ficou em patamar inferior ao salário mínimo.

Convém referir que, com esse resultado anual, se ampliou a distância entre homens e mulheres no mercado de trabalho, aprofundando a desvantagem feminina: diminuiu a proporção de mulheres no contingente ocupado, e ampliou-se sua participação no desemprego.

Essas constatações, aliadas à observação do comportamento de importantes indicadores do mercado de trabalho em outras conjunturas da série pesquisada, permitem supor uma intensificação da sensibilidade da inserção laboral do segmento feminino às oscilações conjunturais, questionando, inclusive, um padrão que vinha se reafirmando nas últimas décadas, qual seja, a ampliação da participação feminina independentemente das adversidades do mercado de trabalho.⁷

De fato, nessa recente retomada do crescimento do desemprego, acentuou-se ainda mais sua feminização, com a contínua ampliação da proporção de mulheres nessa condição, na Região. Mais do que isso, um olhar sobre a série pesquisada mostra que, nas fases de ascensão do desemprego total, sua maior incidência recaiu sobre as mulheres, e, inversamente, foram raros os períodos em que a retração do desemprego tenha favorecido, em maior medida, a força de trabalho feminina. Embora esse fenômeno não seja exclusivo da RMPA, nessa região, o crescimento da presença feminina no desemprego deu-se em ritmo muito mais acelerado que nas demais RMs pesquisadas pela PED.

A maior exposição das mulheres ao desemprego — com maior concentração no desemprego aberto, aliada à incidência, quase exclusiva, da realização de "bicos" no âmbito do serviço doméstico para as mulheres em desemprego oculto pelo trabalho precário — expõe o grupo feminino a condições mais duras de sobrevivência, que se agravam para as mulheres desempregadas que detêm a chefia familiar, fenômeno em franca expansão na RMPA (aproximadamente 28% dos domicílios da Região em 2003). No entanto, como as taxas de desemprego são tanto menores quanto maiores forem as responsabilidades familiares, as mulheres com chefia de família estão menos presentes no desemprego. É importante ressaltar, contudo, que a taxa de desemprego aberto das mulheres com chefia familiar e filhos foi o dobro da taxa dos homens em igual condição, e a de desemprego oculto, embora com menor diferença, manteve-se bastante superior à masculina.

De fato, os resultados da análise mostraram que essa exposição não é a mesma para todas as mulheres. Alguns fatores tendem a agravar o risco diante do desemprego, aprofundando as diferenças entre homens e mulheres e gerando desigualdades no interior do contingente feminino. A inserção da mulher na família, com a manutenção dos papéis tradicionais associados às novas responsabilidades, também impõe diversidade de comportamento diante do mercado de trabalho.

Os maiores diferenciais em relação ao desemprego ocorrem na população mais jovem (10 a 17 anos e 18 a 24 anos), entre os que possuem menores níveis de escolaridade, entre os que estão em posições de menor responsabilidade no contexto familiar (filhos) e com explícita intensidade entre os não brancos.

Mesmo na presença desses fatores, as diferenças de gênero permanecem e impõem-se, reveladas até mesmo na vivência cotidiana do desemprego, sobressaindo-se estratégias diferenciadas de sobrevivência e de busca por trabalho. Mais do que isso, a análise desses indicadores revelou que as conjunturas desfavoráveis para o conjunto dos trabalhadores — com baixa oferta de ocupações e precárias condições de emprego — potencializam essas desigualdades contidas na relação de gênero, com o agravamento da realidade das mulheres.

⁷ Segundo Hirata (1998), vem sendo observado um comportamento diferenciado da taxa de atividade feminina em quase todos os países industrializados: enquanto "(...) as taxas masculinas estagnaram ou decresceram, as femininas ampliam-se durante os períodos de expansão e continuam a crescer durante a crise".

Referências

BRUSCHINI, C. O trabalho da Mulher no Brasil: comparações regionais e considerações sobre o Mercosul. In: FAUSTO, A. **Mulher e Mercosul**. (S. I.): FLACSO, UNESCO, UNIFEM, BID, Parlamento Latinoamericano, FLACSO/BID, 1999.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**, São Paulo, 2001. 352p.

FLIGENSPAN, F. B. (Coord.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.

GALEAZZI, I. M. S. Mulheres trabalhadoras: 10 anos de mudanças no mercado de trabalho atenuam desigualdades. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre: FEE, v. 3, p. 62-68, 2003.

GÁLVEZ, T. Aspectos económicos de la equidad de género. In: CONFERENCIA REGIONAL SOBRE LA MUJER DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 8. 2000, LIMA, PERU. **Relatório...** Lima: Nações Unidas; CEPAL, 2000. Disponível em: <<http://www.eclac.org/espanhol/noticias/cpmunicados/conf8visualizar.htm>>. Acesso em: 6 abr. 2003.

HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, Mexico, MX: Asociacion Latinoamericana De Sociologia Del Trabajo, v. 4, n. 7, 1998.

LAVINAS, L. et al. **Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas**. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para discussão, n. 756).

MONTALI, L. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP: ANPOCS, v. 15, n. 42, fev. 2000.

MULHER E TRABALHO. São Paulo: SEADE, n. 11, fev. 2003.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero e conhecimento. In: FAUSTO, A. **Mulher e Mercosul**. (S. I.): FLACSO, UNESCO, UNIFEM, BID, Parlamento Latinoamericano, FLACSO/BID, 1999.